

11.º Relatório Semestral de Acompanhamento

Plano de Saneamento Financeiro

2º semestre 2015



MONDIM DE BASTO
Município



ÍNDICE

I - Introdução.....	4
II - Execução do Plano de Contenção de Despesa Corrente	5
Recursos Humanos.....	5
Aquisição de Bens e Serviços	7
III - Execução da Receita.....	10
Impostos Municipais	10
Taxas e Licenças	11
Venda de Bens e Serviços.....	11
IV - Dados Financeiros.....	12
Prazo Médio de Pagamentos	12
Dívida do Município	12
VI - Conclusão.....	14

Índice de Quadros

Quadro 1 - Número de trabalhadores ao serviço no Município	5
Quadro 2 - Custos com pessoal.....	6
Quadro 3 - Horas extraordinárias e ajudas de custo	6
Quadro 4 - Despesa com energia elétrica edifícios e equipamentos públicos.....	7
Quadro 5 - Despesa com Iluminação Pública.....	7
Quadro 6 - Despesas com combustíveis.....	7
Quadro 7 - Despesas com Transportes.....	8
Quadro 8 - Despesas com Comunicações.....	8
Quadro 9 - Despesas com Seguros	9
Quadro 10 - Receita proveniente de Impostos Diretos	10
Quadro 11 - Receita proveniente de taxas, multas e outras penalidades.....	11
Quadro 12 - Receita proveniente de venda de bens e serviços	12
Quadro 13 - Composição da dívida do município a 31/12/2015.....	13



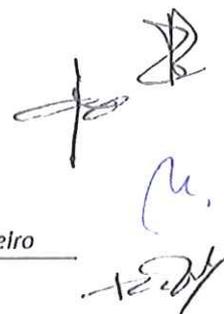
I - Introdução

O presente relatório visa dar cumprimento ao disposto no n.º 6 do artigo 59º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro que refere: "o acompanhamento do plano de saneamento cabe ao município, através da elaboração de relatórios semestrais sobre a execução do plano financeiro pela câmara municipal e da sua apreciação pela assembleia municipal."

Assim, este relatório refere-se à execução semestral do período compreendido entre 1 de julho a 31 de dezembro de 2015 e apresenta a evolução das principais rubricas de despesa, de acordo com o compromisso assumido no plano de contenção da despesa corrente.

Efetivamente, o plano de saneamento financeiro inclui um plano de contenção de despesa corrente -com especial enfoque nas despesas com pessoal, redução de custos com fornecimentos e serviços externos e racionalização de encargos financeiros- e um plano de maximização da receita.

Metodologicamente, o relatório - sendo semestral - compara os dois segundos semestres de 2014 e 2015 no que concerne a despesa paga e receita arrecadada, tendo por base os mapas de controlo orçamental da despesa e da receita.



II - Execução do Plano de Contenção de Despesa Corrente

Recursos Humanos

1. Trabalhadores do Município

No segundo semestre de 2015 diminuiu o número de trabalhadores em exercício de funções, comparativamente com o segundo semestre de 2014, passando de 140 trabalhadores existentes em 31 de dezembro de 2014 para 138 trabalhadores em 31 de dezembro de 2015.

O quadro n.º 1 mostra a composição e evolução do número de trabalhadores existentes em ambos os períodos.

Quadro 1- Número de trabalhadores ao serviço no Município ¹

Categorias	31-12-2014	31-12-2015	Diferença
Dirigentes	5	4	-1
Assistentes Operacionais	84	83	-1
Assistentes Técnicos	25	25	0
Técnicos Superiores	26	26	0
Total	140	138	-2

Fonte: elaboração própria

A evolução do número de trabalhadores ao serviço justifica-se pelos seguintes factos:

- Uma situação de saída de um dirigente em comissão de serviço;
- Uma situação de aposentação de um assistente operacional

¹ Relativo ao Mapa de Pessoal do Município



2. Custos com Pessoal

Os custos com pessoal diminuíram cerca de 3% em relação ao período homólogo do ano 2014.

Quadro 2 - Custos com pessoal²

Descrição	2.º semestre de 2014	2.º semestre de 2015
Custos com Pessoal	1.261.617,14	1.227.046,82

(valor pago €)

A razão associada a esta diminuição prende-se com o facto da despesa relacionada com Bolsas de Emprego, a exemplo de Programas Ocupacionais e Estágios Profissionais, deixar de ser considerada "despesas com pessoal", em consequência da existência de uma Circular por parte da DGAL que esclarece que as despesas relativas à contratação de programas ocupacionais não constituem despesas com pessoal; antes, deverão classificar-se como "Transferências para famílias"- rubrica 04080201. Por este motivo, procedeu-se à respetiva alteração procedimental.

3. Horas extraordinárias e ajudas de custo

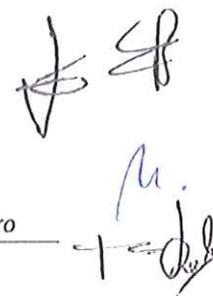
No período em análise procedeu-se ao pagamento de ajudas de custo no valor de 360,74 euros e de horas extraordinárias no valor de 463,04 euros, tendo sido estas as necessidades verificadas por parte dos serviços.

Quadro 3 - Horas extraordinárias e ajudas de custo

Descrição	2.º semestre de 2014	2.º semestre de 2015
Horas extraordinárias	505,24	463,04
Ajudas de custo	717,16	360,74

(valor pago €)

² Não inclui valor dos seguros, uma vez que esta despesa é apresentada em rubrica própria



Aquisição de Bens e Serviços

No que respeita à aquisição de bens e serviços, eis o comportamento das rubricas previstas no plano de saneamento financeiro:

1. Despesas com energia

No período em análise e comparativamente com o período homólogo do ano anterior, o valor gasto em eletricidade com edifícios e equipamentos municipais regista um aumento de cerca de 19%.

Quadro 4 - Despesa com energia elétrica edifícios e equipamentos públicos

	2.º semestre 2014	2.º semestre 2015
Energia elétrica	116.077,94	138.517,20 (valor pago €)

No que concerne à rubrica da iluminação pública, verifica-se um aumento de 38% em relação ao período homólogo do ano anterior. Em termos anuais, em 2014 o gasto total com iluminação pública foi de 197 817,92€, enquanto que em 2015 o valor total cifrou-se em 237 499,58€, o que significa um aumento de cerca de 20% na despesa.

Quadro 5 - Despesa com Iluminação Pública

	2.º semestre 2014	2.º semestre 2015
Iluminação Pública	91.078,00	125.877,15 (valor pago €)

2. Despesas com combustíveis

O valor pago em combustíveis no segundo semestre de 2015 diminuiu cerca de 6%.

Quadro 6 - Despesas com combustíveis

	2.º semestre 2014	2.º semestre 2015
Combustíveis	59.207,63	55.530,44 (valor pago €)



3. Despesas com transportes

Quadro 7 - Despesas com Transportes

Descrição	2.º semestre 2014	2.º semestre 2015
Transportes	84.577,06	83.122,85 (valor pago €)

Regista-se uma diminuição de 2% na despesa com transportes. Esta rubrica inclui o valor pago em portagens, transportes escolares contratados; passes escolares e subsídios de transporte pagos aos beneficiários de Programas Ocupacionais.

Refira-se que o protocolo estabelecido em 2015, com a Associação de Bombeiros Voluntários para transporte de doentes, e que registou um valor de despesa de 9656,96€, não contabiliza para esta rubrica orçamental, uma vez que, tratando-se de um protocolo, foi considerado na rubrica de transferências.

4. Despesas com comunicações

A despesa global com comunicações registada no segundo semestre de 2015 aumentou cerca de 17% em relação ao segundo semestre de 2014. A sub rubrica que mais aumentou foi a internet, em contraponto com as comunicações móveis e os serviços postais que foram as sub rubricas que diminuíram.

Quadro 8 - Despesas com Comunicações

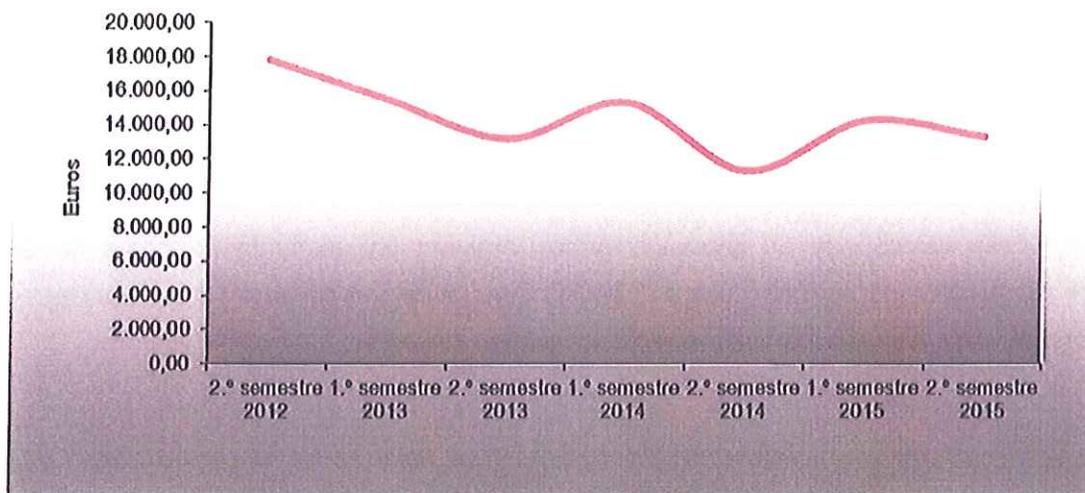
	2.º semestre de 2014	2.º semestre 2015	Variação
Comunicações fixas	2.783,68	3.677,30	32%
Comunicações Moveis	4.322,75	3.609,20	-17%
Serviços Postais	3.964,97	3.787,66	-4%
Internet	260,87	2.237,13	758%
Total	11.332,27	13.311,29	17%

(valor pago €)



Para uma melhor perceção da evolução desta despesa, apresenta-se o gráfico n.º 1 que evidencia a tendência desde o 2.º semestre de 2012 até à atualidade.

Gráfico n.º 1 - Evolução das despesas com comunicações



5. Despesas com seguros

A despesa global com seguros diminuiu no período em análise cerca de 11%.

Quadro 9 - Despesas com Seguros

	2.º semestre de 2014	2.º semestre 2015
Seguros Pessoal	21.702,01	13.233,55
Seguros edifícios/ equipamentos	17.083,05	21.415,08
Total	38.785,06	34.648,63

(valor pago €)

Esta rubrica, porém, convém ser analisada anualmente, porquanto a sua execução está fortemente dependente dos momentos de pagamento, uma vez que há apólices que se vencem mensalmente, outras trimestralmente e outras semestralmente.



Assim, o valor total pago em 2015 (70 196,30 euros) foi superior ao valor pago em 2014 (66 865,54 euros) em cerca de 5%. Este acréscimo prende-se com a atualização de algumas apólices, a exemplo da apólice dos Bombeiros que, por imperativo legal³, foi alargada a mais beneficiários, traduzindo-se num acréscimo de despesa.

III - Execução da Receita

Impostos Municipais

1. Impostos Diretos

A receita arrecadada de impostos diretos registou um aumento de cerca de 3%, (equivalente a um acréscimo de 7 768,43€), comparativamente ao período homólogo do ano anterior, conforme ilustra o quadro e o gráfico seguintes.

Quadro 10 - Receita proveniente de Impostos Diretos

Impostos diretos	2.º semestre de 2014	2.º semestre de 2015
IMI	147.486,29	156.251,17
IUC	60.499,28	54.015,14
IMT	29.645,24	35.132,93
Total	237.630,81	245.399,24

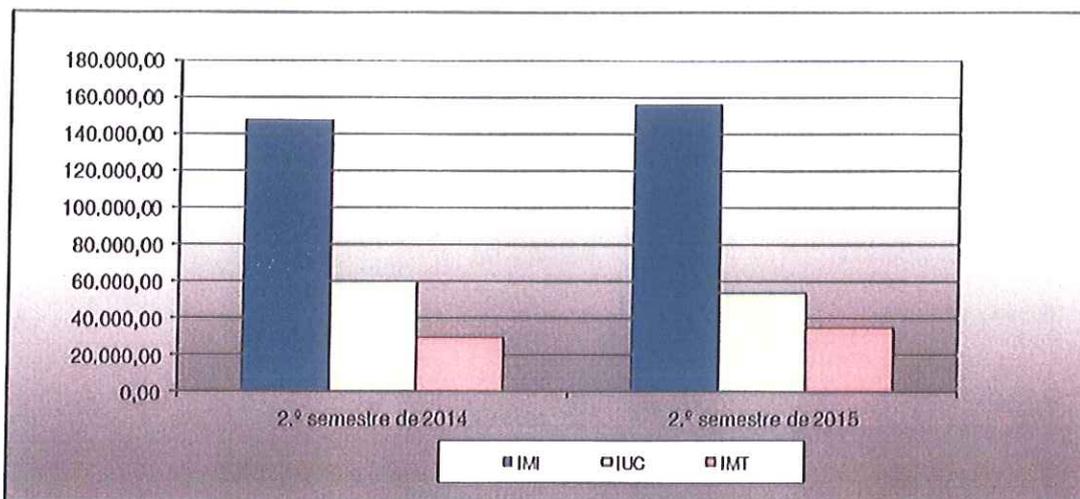
(valor pago €)

Verifica-se um acréscimo de 6% no Imposto Municipal sobre Imóveis; 11% no Imposto Municipal de Transações, sendo que o Imposto Único de Circulação registou um aumento de cerca de 19% comparativamente ao semestre do ano anterior.

³ Portaria n.º 123/2014, de 19 de junho



Gráfico n.º 2 - Impostos Diretos



Taxas e Licenças

O valor arrecadado na rubrica "taxas, multas e outras penalidades" aumentou 11% face ao segundo semestre de 2014.

Quadro 11 - Receita proveniente de taxas, multas e outras penalidades

	2.º semestre de 2014	2.º semestre de 2015
Taxas, multas e outras penalidades	36.765,83 €	40.979,87 €

(valor pago €)

Venda de Bens e Serviços

A receita proveniente da venda de bens e serviços aumentou, globalmente, cerca de 12%. O quadro n.º 12 evidencia a evolução semestral das principais sub-rubricas de venda de bens e serviços do município.



Quadro 12 - Receita proveniente de venda de bens e serviços

Venda de bens e serviços	2.º semestre de 2014	2.º semestre de 2015	Variação
Alimentação Escolar	11.762,31	10.724,66	-9%
Água	56.193,41	71.122,42	27%
Saneamento	11.915,65	13.286,40	12%
Resíduos Sólidos	60.752,56	64.984,57	7%
Rendas	15.955,73	15.309,04	-4%
Total	156.579,66	175.427,09	12%

(valor arrecadado €)

IV - Dados Financeiros

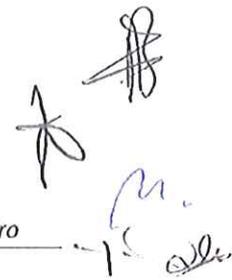
Prazo Médio de Pagamentos

De acordo com os dados da DGAL, o prazo médio de pagamento do município no último trimestre de 2015 foi de 14 dias. No último trimestre de 2014, o prazo médio de pagamento do município foi de 19 dias.

Dívida do Município

Para efeitos do presente relatório apenas se considera a dívida do município, não se levando em conta a dívida das entidades previstas no artigo 54 da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro. Consideram-se provisórios os dados ora apresentados em matéria de endividamento, uma vez que durante o mês de janeiro ainda surgem faturas de 2015 a registar.

Nestes termos, o quadro n.º 13 ilustra a composição da dívida em 31/12/2015.



Quadro 13 - Composição da dívida do município a 31/12/2015

Componentes de Dívida	31-12-2014	31-12-2015	Variação
Fornecedores C/c +Imobilizado+ outras dívidas de curto prazo	203.972,75	120.676,50	-41%
Empréstimos de curto prazo (valores a pagar no ano n+1)	1.480.682,01	1.496.285,30	1%
Sub- Total (Dívida de curto prazo)	1.684.654,76	1.616.961,80	-4%
Dívida de M/L prazo (empréstimos a pagar a partir do ano n+2)	10.830.646,05	9.323.806,34	-14%
Total da Dívida	12.515.300,81	10.940.768,14	-13%

Fonte: Mapa Listagem de endividamento

Assim, a dívida de curto prazo importa em 1 616 961,80 €; a dívida de médio/longo prazo importa em 9 323 806,34€ sendo que a dívida total diminuiu 13% e cifra-se em 10 940 768,14€, encontrando-se, ainda, acima do limite legal previsto para 2015.



VI - Conclusão

Da análise à execução orçamental efetuada no âmbito do PSF do Município, destacam-se os seguintes aspetos (comparando os segundos semestres de 2014 e 2015):

- Diminuição do número de trabalhadores;
- Diminuição, em 3%, das despesas com pessoal;
- Diminuição do valor pago em ajudas de custo e horas extraordinárias;
- Aumento, em 19%, das despesas com energia elétrica relativa a equipamentos e edifícios Municipais;
- Aumento, em 38%, das despesas com iluminação pública;
- Diminuição das despesas com combustíveis;
- Diminuição, em 2%, das despesas com transportes;
- Aumento, em 17%, das despesas com comunicações;
- Diminuição, em 11%, das despesas com seguros relativa ao semestre; mas aumento do valor anual em 5%;
- Diminuição da dívida total do Município em 13%, cifrando-se em 10 940 768,14€; à data de 31/12/2015 (dados não definitivos);
- Aumento, em 3%, da receita proveniente dos impostos diretos;
- Aumento, em 11%, da receita proveniente de taxas, multas e outras penalidades;
- Aumento, em 12%, da receita proveniente da venda de bens e serviços.
- Desvio positivo na receita corrente arrecadada, no valor de 1.697.343,28€, por comparação entre o previsto no PSF para 2015 e o efetivamente arrecadado;
- Desvio negativo na despesa, no valor de 67.127,70 €, por comparação entre o previsto no PSF para 2015 e o efetivamente pago.